

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO NOS ANAIS DO COLÓQUIO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2013 – 2023)

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-085>

Data de submissão: 10/01/2025

Data de publicação: 10/02/2025

Gueidson Pessoa de Lima

Mestre em Educação. Doutorando em Educação Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN.

Ilane Ferreira Cavalcante

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN.

Tathiana Amorim Garcia Udre Varela

Especialista em Gestão de Pequenos Negócios. Mestranda em Educação Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise dos trabalhos científicos publicados nos Anais do Colóquio A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, que tratam sobre a avaliação das políticas em Educação Profissional. Fundamentados em autores do campo da Educação Profissional (Moura, 2015; Ciavatta, 2023; Ferreti, 2010; dentre outros), optou-se por um estudo do tipo Estado do Conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014) como conduta metodológica, sob o viés de uma abordagem qualitativa. Como resultado, ratificou-se a importância e necessidade do processo de avaliação das políticas em Educação Profissional, com vistas a uma reflexão crítica sobre a interrelação entre educação e trabalho, considerando as complexas nuances emergentes dessa dinâmica, em especial à luz das reconfigurações sociais que têm se manifestado ao longo dos anos.

Palavras-chave: Educação Profissional. Estado do Conhecimento. Avaliação de Políticas de Educação Profissional. Colóquio de Educação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional é um campo de conhecimento que compõe a área mais ampla de educação, traçando interface com outras da mesma área, como currículo escolar, e do mundo do trabalho, se configurando como potente no desenvolvimento econômico, social e cultural dos cidadãos. Por considerar o potencial dessa área, nas primeiras décadas do século XXI, os governos têm implementado políticas para promover o acesso à essa modalidade de ensino, fomentando a sua qualidade e aumento na oferta, através de programas de formação profissional, desenvolvimento de currículos alinhados com as demandas do mercado de trabalho e o aumento de investimentos em infraestrutura e recursos educacionais.

No Rio Grande do Norte, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma das instituições que se transformou com a implementação da implementação dessas políticas, tendo ampliado os seus campos de atuação e, consequentemente, a sua oferta de vagas e a diversidade de seus cursos. Além disso, implementou um conjunto de programas de pós-graduação stricto sensu, tendo como destaque o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - PPGEP. O IFRN, desde o ano de 2013, tem promovido um evento nacional e internacional denominado de Colóquio a produção do Conhecimento em Educação Profissional, a partir do PPGEP, o qual tem sido espaço para divulgação de pesquisas com temáticas específicas do campo do conhecimento, na intenção de contribuir para a elevação da qualidade social da Educação Profissional, contemplando as suas correlações com a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos, em espaços escolares e não escolares, através de produção do conhecimento que contemplam o campo de estudo das políticas, da formação docente, das práticas pedagógicas e da história da Educação Profissional, contribuindo assim para a consolidação do já citado campo epistêmico, a Educação Profissional.

Ao considerar a relevância do mencionado evento para a área em questão e a produção do conhecimento, discutindo sobre os diferentes âmbitos desse campo epistêmico, o que as produções científicas têm revelado acerca das avaliações das políticas que permeiam a Educação Profissional?

Neste sentido, o presente escrito objetiva analisar os trabalhos inscritos nos Anais do referido evento, Colóquio a Produção do Conhecimento em Educação Profissional, que abordem a temática da avaliação das políticas de Educação Profissional, no marco temporal de 2013 a 2023. Pautados nos ditames metodológicos da pesquisa bibliográfica, foi realizado um estado do conhecimento com os artigos acadêmicos publicados no Colóquio, contemplando as publicações de suas 6 edições, o que justifica o recorte o temporal anunciado.

Assim, o presente artigo encontra-se organizado, para além da introdução, com uma seção de fundamentação teórica, na qual é abordado, o conceito e especificidades da Educação Profissional

(EP), e apresentadas as principais políticas que regem a mencionada modalidade de ensino. Posteriormente, é apresentada a seção que explicita os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa. Em seguida, apresenta-se uma seção com o conjunto de trabalhos selecionados e as reflexões acerca da temática de avaliações das políticas para a EP. Por fim, as considerações finais apresentam um apanhado do que é tratado ao longo do texto, evidenciando a compreensão e as reflexões desenvolvidas a partir das análises realizadas.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ENTRE CAMPO DE CONHECIMENTO E MODALIDADE E DE ENSINO

Compreende-se por Educação Profissional e Tecnológica, a partir do que preconiza o Ministério da Educação (MEC)¹, uma modalidade de ensino que visa principalmente a formação para o desempenho de profissões, fomentando a inserção e atuação do indivíduo “no mundo do trabalho e na vida em sociedade”.

Os autores Gruber, Allain, Wollinger (2019) compreendem a Educação Profissional e Tecnológica como aquela que

[...] se identifica pela formação para o Trabalho. Este, por sua vez, pode ser definido segundo as contribuições do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005) (leitor, entre outros, de Marx), como o exercício social da técnica. Um dos sentidos privilegiados da Tecnologia, na obra do autor, não é o de produto das técnicas, mas sim da tecno-logia como estudo ou ciência da Técnica, o que também dá sentido ao que se chama de Educação Tecnológica (Gruber; Allain; Wollinger, 2019, p. 124).

Essa terminologia em âmbito brasileiro passa a ser registrada como modalidade de ensino no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1996, sendo, portanto, uma relativamente recente terminologia, já que, no século XIX e boa parte do século XX, utilizava-se a terminologia Formação Profissional (Ferreti, 2010), quando o enfoque era o “saber fazer”, passando então a evidenciar a “formação integral do profissional.” (Militão, 2000, p. 133).

Nesse processo histórico, a Educação Profissional vai se constituindo um campo de conhecimento, para além de uma mera modalidade, com autores que pontuam a relevância da formação do trabalhador sob uma perspectiva humana, crítica e transformadora e que apontam a necessidade de considerar o indivíduo em suas variadas dimensões, compreendendo o trabalho como princípio, integrando educação e trabalho a partir da concepção marxista e gramisciana. Assim, a

¹ <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>

formação se manifesta nos vários campos do conhecimento do ser, sendo, portanto, entendida por omnilateral.

Para Manacorda (2007), essa omnilateralidade no processo educacional faz referência ao desenvolvimento de todas as faculdades humanas (intelectual, profissional, física, cultural, moral, estética, afetiva, dentre outras), as quais compõem o ser em sua holistica.

A modalidade de ensino, portanto, passa a ser compreendida como campo epistêmico, baseando-se no processo de formação humana, na articulação entre trabalho e educação, considerando o trabalho como atividade vital para os indivíduos e a educação enquanto processo intelectual e manual, de preparação para o mundo do trabalho e articuladora da vida social dos sujeitos.

Para Moura (2015), a Educação Profissional se apresenta como meio essencial de mudança de vida, principalmente através da transformação da consciência do indivíduo, e isso também se configura como desafio, pois sua atuação profissional está intrinsecamente atrelada ao seu ser social e ao seu senso de responsabilidade, evidenciando uma postura de sujeito emancipado com consciência de sua classe.

o mundo do trabalho demanda por indivíduos autônomos que possam atuar em um ambiente de geração do conhecimento e, também, de transferência a outros contextos em constante transformação. Entretanto, é necessário que esses profissionais ultrapassem esses limites e, ao alcançarem uma verdadeira autonomia, possam atuar na perspectiva da transformação social orientada ao atendimento dos interesses e necessidades das classes trabalhadoras (Moura, 2015, p. 28).

Assim, as políticas que amparam a EP, devem trazer por premissa o fomento à essa consciência de classe e responsabilidade social, atrelado a uma educação para o trabalho que considere o indivíduo em sua totalidade humana e seu contexto. Tais dispositivos articulam-se no âmbito nacional, a partir do ano de 1961, com a LDB, Lei nº 4.024, impulsionados pelas demandas econômicas da época que exigiam um sistema educacional capaz de preparar os trabalhadores para o setor produtivo.

Para Ciavatta (2023), a trajetória histórica da política desse campo de conhecimento, evidencia um movimento contínuo de valorização e expansão, em sua maior parte, com foco na formação integral e na inclusão social. Nas décadas de 1970 e 1980, a reestruturação produtiva reverberou mudanças significativas na concepção e execução das atividades de trabalho, com novas expectativas e demandas para a educação da classe trabalhadora. Após a Constituição de 1988, houve um enfoque renovado na articulação entre a Educação Profissional e a Educação Básica.

Entretanto, foi em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada, que essa modalidade de ensino – tal como é tratada na Lei - foi reorganizada, estabelecendo diretrizes para sua integração com o ensino regular, abrindo possibilidades para que a formação técnica fosse articulada com o Ensino Médio, embora ainda houvesse desafios a serem superados. Em 1997 tem-se a criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), destinado a ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2004 ocorre a publicação do Decreto nº 5.154, que regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da LDB, que tratam da EP. O Decreto permite a formação integrada e revoga a legislação anterior (Decreto 2.208/97, que delimitava a oferta de EP ao formato concomitante ou sequencial) permitindo a formação integrada (formação propedêutica integrada a formação específica da área profissional). Em 2008 é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que engloba os Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades.

A partir de 2011, é feito o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)², visando expandir e democratizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica; e em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o qual estabelece metas para a expansão da Educação Profissional, incluindo a meta de ampliar a oferta de Ensino Técnico de Nível Médio.

A Lei 13.417 de 2017 implementa o que viria a ser chamado de “Novo Ensino Médio”, alterando aspectos relevantes desse nível de ensino como a carga horária, a presença de disciplinas como Filosofia e Sociologia, constituindo essa etapa formativa a partir de intinerários focados em áreas técnicas e profissionais, visando tornar essa etapa em algo aparentemente mais flexível, alinhado às necessidades do mercado. Essa legislação se constitui como uma proposição de ampliar a integração entre a Educação Básica e a formação profissional.

Assim, observamos que a história da Educação Profissional no Brasil tem se constituído por momentos de avanços e outros de retrocessos, conforme os valores e os projetos sociais que predominam a cada governo e período histórico, refletindo políticas que visam (ou não) a formação técnica integrada ao currículo regular, que visam atender demandas do mercado ou demandas do mundo do trabalho, de modo que estudar esses processos e a produção do conhecimento se apresenta como imprescindível para o fortalecimento desse campo epistêmico.

² Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, trata-se de um programa criado em 2011 pelo Governo Federal, no intuito de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

3 CONSTRUINDO CAMINHOS: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DESTAQUE

Este escrito toma por conduta metodológica a pesquisa do tipo bibliográfica, através do estado do conhecimento, pautado nos estudos de Morosini e Fernandes (2014), sob uma abordagem qualitativa (Gibbs, 2009), uma vez que nosso olhar está voltado para compreender conceitos e processos de avaliação relacionados à temática das políticas da EP, tendo como base as publicações presentes nos Anais do Colóquio a Produção do Conhecimento em Educação Profissional, entre os anos de 2013 a 2023.

A pesquisa bibliográfica, tem como finalidade principal, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), o levantamento e a compilação de dados, assim como a atualização de conhecimentos já publicados acerca de uma problemática, objetivando colocar o pesquisador em contato direto com o conhecimento produzido sobre o assunto investigado. O Estado do Conhecimento é “uma metodologia de pesquisa que se pauta na identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. (Morosini; Fernandes, 2014, p.102).

Em termos de condução, esse tipo de pesquisa organiza-se em quatro fases complementares, sendo elas: identificação; registro; categorização; e síntese (Morosini; Fernandes, 2014). Para isso, utilizamos os seguintes descritores para triagem dos textos: *Política(s) de Educação Profissional; Política(s) de Educação; Política(s); Educação para o trabalho;* e como critério de inclusão, elegemos os escritos que abordassem discussões no campo das avaliações das políticas da e para o mencionado campo de conhecimento, explicitando a palavra *Avaliação* em seu título, resumo ou palavras-chave, sendo, portanto, excluído os demais trabalhos que não atendessem a tal critério.

O Colóquio A Produção do Conhecimento em Educação Profissional é um evento de periodicidade bienal realizado pelo IFRN, através do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional – PPGEP, criado em 2011 com o objetivo de debater e difundir pesquisas sobre Educação Profissional e suas interseções com a Educação Básica e o mundo do trabalho. Ao longo de suas edições, foram discutidos temas de relevância para a área da EP como políticas educacionais, formação docente e os impactos das reformas no ensino médio, tendo no ano de 2021, incorporado à sua programação o I Simpósio Franco-Brasileiro de Educação Profissional, ampliando o debate em âmbito internacional. A edição de 2023 celebrou os 10 anos do PPGEP, reunindo mais de 500 participantes, consolidando-se como um espaço essencial para a troca de conhecimentos e fortalecimento da pesquisa na área.

Identificamos em nosso levantamento que, no Colóquio inaugural, em 2011, não houve publicações de Anais do evento. Na segunda edição do evento, ocorrido em 2013, foram apresentados

81 trabalhos, dos quais 43 estiveram na Linha de *Políticas em Educação Profissional*. Em 2015, dos 104 estudos publicados no evento, 47 pertenciam a esse eixo temático. Em 2017, 103 trabalhos compuseram o evento, e desses, 70 estavam no campo das *Políticas em EP*. No ano de 2019, foram publicados um total de 167 trabalhos no Colóquio, dos quais 71 localizam-se na linha de *Políticas em Educação Profissional*. Em 2021, foram publicadas 149 produções, sendo 49 vinculadas ao eixo temático de *Políticas em Educação Profissional*. Já no ano de 2023, última edição do evento, foram publicados 190 trabalhos, dentre os quais 49 estão vinculados ao eixo temático de *políticas e práxis em Educação Profissional*.

O quantitativo expressivo de produções que abordam a temática, evidencia a importância da política no campo de conhecimento da EP, tendo em conta o delinear legal e organizacional que esse instrumento fornece no fomento e garantia a esse campo educacional, relacionando a educação com o mundo do trabalho, através de um processo formativo humano e integral.

4 ANALISANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: O QUE DIZEM OS TRABALHOS ELENCADOS

A partir dos critérios aplicados no processo de rastreio dos trabalhos presentes nos anais do já mencionado Colóquio, não foram identificados trabalhos nos anais de 2023 que atendessem ao critério de inclusão elegido, totalizando um quantitativo de 19 artigos selecionados, os quais apresentam em seu conteúdo uma discussão avaliativa sobre a (s) política (s) de Educação Profissional, estando eles expostos a seguir, por ano de publicação, tendo evidenciado para além de seus títulos, os nomes de seus autores.

Quadro 1 - Artigos Analisados

Ano de Publicação dos Anais	Título do Trabalho	Autores (as)
2013	Avaliação e Reflexão das Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Triângulo Mineiro/IFTM – Campus Patrocínio	Pâmela Junqueira Freitas; Nara Moreira; Gianna Andréia Ferreira Gobbi.
	Políticas em Educação Profissional: Uma análise da percepção do Currículo Integrado no âmbito do Curso Técnico Integrado em Mecânica do Instituto Federal do Paraná- Campus Curitiba	Adriano Willian da Silva; Caterine Pereira Moraz; Tatiani Daiana de Novaes.

	Ensino Médio Integrado: desafios da concepção à implementação	Hellen Vivian M. dos Anjos; Giuliana de Sá F. Barros; Patrícia Emanuelle Brito; Remi Castioni.
	As contradições de um projeto de Centro Público de Educação Profissional	Marcelo Lima; Viviane Zandonade.
	O Ensino da Computação, o PIBID e a Formação Inicial: primeiras aproximações com o objeto de estudo	Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar; Elisa Antonia Ribeiro; Kamilla Germano Silva
2015	O PRONATEC e a proposta de atuação na EJA: algumas inquietações sobre os rumos do PROEJA	Danilma de Medeiros Silva
	Gestão Participativa e Educação Profissional: o papel dos colegiados e conselhos de classe no IFRN	Bernardino Galdino de Sena Neto; Suely Soares da Nóbrega
	O SINAES nos Institutos Federais: adequação e	Marcia Amaral Corrêa de Moraes; Josiane
	pertinência no âmbito da avaliação institucional	Carolina Soares Ramos; Fabio Yoshimitsu Okuyama; Jaqueline Gomes Nunes; Gabrielli da Silva Pio
	Assistência Estudantil: Uma avaliação e reflexão da Política de iniciação profissional no Instituto Federal do Rio Grande Do Norte/IFRN – Campus Natal-Central	Frankileide Carlos; Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares.
2017	A Produção Científica sobre Avaliação de Políticas em Educação Profissional na Revista do Serviço Público	Shilton Roque dos Santos; Fabiana Teixeira Marcelino; Márcio Adriano de Azevedo.
	A Qualidade da Escola Pública a partir da opinião dos jovens do Ensino Médio	Lucineide Inez da Silva Campos.
	Avaliação da Política de Educação Profissional: Um estudo objetivo dos impactos no desenvolvimento local	Marcus Vinicius Duarte Sampaio; José Gomes Ferreira.

	Avaliação de Políticas no contexto da Educação Profissional: Uma Revisão	Fabiana Teixeira Marcelino; Shilton Roque dos Santos; Márcio Adriano de Azevedo.
	Entre o Ser e o Fazer - Formação Técnica em vigilância em saúde no estado do Ceará: Um olhar na perspectiva da Gestão e do estudante profissional	Francisco Jadson Franco Moreira; Vanessa Alencar de Araújo; Daniel Silva Araújo.
	PROEJA no IFRN Campus Santa Cruz: Desafios a serem superados	Francisco das Chagas de Sena.
2019	A Configuração da Política da Educação Profissional no contexto da Implementação do PRONATEC	Danilma de Medeiros Silva.
	A Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal Baiano: perspectivas para uma avaliação institucional	Etiene Santiago Carneiro; Carlos Alex de Cantuária Cypriano.
2021	Monitoramento e Avaliação de Projetos de Extensão no IFRN como Ferramenta de Avaliação de Políticas Públicas	Bruna Lopes Tupinambá Coutinho; Márcio Adriano de Azevedo.
	Avaliação Política do Direito à Educação no Ensino Médio e na Educação Profissional: notas de uma pesquisa em andamento	Yossonale Viana Alves; Márcio Adriano de Azevedo.

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Observamos que a fundamentação teórica utilizada em todas as produções toma para si autores comuns que se apresentam como referência no campo dos estudos da política de Educação Profissional, a saber: Dourado (2011), Frigotto (1998), Frigotto e Ciavatta (2014), Kuenzer (2006), Moura (2007) e Ramos (2014), entre outros, o que evidencia um alinhamento na concepção conceitual da área pelos autores dos trabalhos elencados, reverberando assim nas reflexões realizadas em seus estudos. Na perspectiva da garantia e ampliação do acesso por parte de todos e todas a uma educação para o desempenho da profissão, esses autores trazem em suas concepções teóricas a premissa de Educação Profissional, com base em análises, reflexões e proposições a partir de políticas e dispositivos legais que estruturam esse campo de conhecimento em âmbito institucional, regional e nacional.

Freitas, Moreira e Gobbi (2013), realizaram uma análise das políticas públicas do Programa de Assistência Estudantil no IFTM, verificando em seus estudos se os objetivos do programa estão sendo desenvolvidos no intuito de reduzir desigualdades e fomentar a permanência dos estudantes no ensino superior. Como resultado, as autoras constataram a eficácia do programa na promoção da equidade de oportunidades e na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos beneficiados.

Silva, Moraz e Novaes (2013), examinaram as diretrizes educacionais e a percepção dos alunos sobre a integração entre disciplinas do núcleo comum e específicas, no contexto do ensino médio integrado. A pesquisa destaca a importância da integração teórica e prática para a formação cidadã e profissional, revelando a necessidade de maior planejamento pedagógico e atuação docente para efetivar essa integração no curso técnico em Mecânica, do IFPR – Campus Curitiba.

Ao examinar as contradições e a necessidade de um maior planejamento e integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional na promoção de uma formação omnilateral dos estudantes, Anjos, Barros, Brito e Castioni (2013), refletiram em sua produção sobre a análise da política de Educação Profissional do governo Lula, dando destaque a trajetória e os desafios enfrentados na implementação do Ensino Médio Integrado. Abordando a revogação do Decreto 2.208/97 e a promulgação do Decreto 5.154/04, conclui-se que o Ensino Médio Integrado é uma necessidade histórica que ainda precisa superar desafios políticos e pedagógicos para atingir seus objetivos.

Lima e Zandonade (2013), analisaram as práticas de Educação Profissional, contrastando a oferta privada de qualificação com a criação de um centro público denominado "Fábrica do Trabalho". O estudo desenvolve uma crítica à mercantilização do ensino profissional e apresenta o mencionado centro como uma alternativa pública não mercantil para a inclusão social pelo trabalho na defesa de políticas permanentes e integradas de formação profissional, representando um esforço republicano para publicizar a oferta de qualificação profissional, com controle pedagógico local e oferecendo ao cidadão um acesso crítico e consciente ao mundo do trabalho.

Gaspar, Ribeiro e Silva (2013) investigaram o impacto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na formação inicial e na permanência dos licenciandos do Instituto Federal de Minas Gerais. Com ênfase no ensino da Computação, sob uma abordagem qualitativa e uma análise teórico-bibliográfica e de campo, no período de 2009 a 2013, concluiu-se que o PIBID promove uma nova metodologia de ensino e aprendizagem, destacando-se como uma abordagem inovadora para a formação inicial de professores.

Ao tratar a problemática da Educação de Jovens e Adultos, sob uma abordagem dialética, em face à formação técnica proporcionada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Silva (2015) desenvolveu um estudo questionando a eficácia do Projea frente à

implementação do Pronatec, evidenciando a formação rápida e insuficiente oferecida pelos cursos de Formação Inicial e Continuada, os quais não garantem a inserção efetiva dos alunos no mercado de trabalho.

Neto e Nóbrega (2015) analisaram os documentos que norteavam a prática institucional dos colegiados e Conselhos de Classe no IFRN, explicitando sua metodologia e avaliação com vistas à participação da comunidade acadêmica na construção de uma educação profissional de qualidade. Discutindo os aspectos históricos e políticos da gestão democrática na educação brasileira, os autores destacam a importância da gestão participativa como caminho para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na educação profissional.

A partir de uma análise da política de avaliação educacional do SINAES em relação aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Moraes, Ramos, Okuyama e Nunes e Pio (2015), evidenciam a complexidade e singularidade dessas instituições, que oferecem uma educação verticalizada, abrangendo desde a educação básica até a pós-graduação. Como resultado, identificou-se lacunas em cinco das dez dimensões avaliativas propostas pelo SINAES, sugerindo-se a necessidade de adaptar os instrumentos de avaliação para melhor refletir as especificidades dos Institutos Federais.

Visando averiguar em que medida a participação do estudante no Programa de Iniciação Profissional contribui para sua formação profissional e o seu rendimento acadêmico, Carlos e Tavares (2015) avaliaram o Programa de Iniciação Profissional dentro da Política Pública de Assistência Estudantil, com foco no IFRN – Campus Natal Central, e examinaram a contribuição do programa para a formação profissional e rendimento acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Como resultado, destacaram a efetividade do programa na construção de uma formação humana integral para os alunos participantes.

Santos, Marcelino e Azevedo (2017) realizaram um levantamento bibliográfico da produção científica sobre avaliação de políticas públicas em educação profissional, analisando artigos do repositório da Revista do Serviço Público, com foco na concepção de educação, qualidade social e avaliação de políticas públicas. Foram identificados 23 artigos, dos quais apenas 4 tratavam sobre a Educação Profissional, revelando assim a necessidade de ampliar o debate científico nesse campo específico devido ao reduzido número de publicações.

Campos (2017) desenvolveu um estudo junto a jovens matriculados no Ensino Médio na Cidade de Olinda/PE, abordando a necessidade de uma análise aprofundada sobre a aplicação da Lei 13.415/2017, que reformou o ensino médio no Brasil, e suas implicações para a educação profissional. Pensando a qualidade da escola pública e suas implicações para a Educação Profissional,

a autora destaca a importância de infraestrutura adequada, ensino de qualidade e oferta de materiais didáticos, bem como as mudanças legislativas impactaram a formação e as perspectivas dos alunos na Educação Profissional.

Marcelino, Santos e Azevedo (2017) também se debruçaram sobre a Lei 13.415/2017, analisando o seu impacto na estrutura e na oferta de cursos técnicos, destacando os desafios e oportunidades que surgem com as mudanças propostas. Com base em uma análise documental e bibliográfica, concluíram que a reforma do ensino Médio traz novas perspectivas à educação, mas também exige uma adaptação significativa das instituições educacionais para atender às novas diretrizes.

Com o objetivo de investigar os principais desdobramentos da política de educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento do RN, com foco na inserção profissional e empregabilidade dos egressos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Sampaio e Ferreira (2017) analisaram a eficácia das políticas de educação profissional e tecnológica implementadas pelo IFRN, destacando o impacto na inserção dos egressos no mundo do trabalho. A pesquisa revelou que uma proporção significativa de formados não consegue emprego na área de sua formação, evidenciando desafios na adequação dos cursos às demandas locais e ao baixo dinamismo econômico, trazendo à tona a necessidade de ajustes na oferta educativa para atender melhor às necessidades específicas dos municípios e melhorar a absorção dos egressos no mercado de trabalho local.

Moreira, Araújo e Araújo (2017) avaliaram o processo de formação profissional do técnico em vigilância em saúde no Ceará, analisando tanto a perspectiva dos estudantes quanto a da gestão dos serviços de saúde, através de um estudo de caso, qualitativamente apreciado. Tendo a entrevista semiestruturada e a análise do discurso enquanto instrumentos de pesquisa, os autores concluíram que a pesquisa trouxe contribuições para o aprimoramento do programa de formação técnica em vigilância em saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará, destacando a importância da política, gestão e identidade profissional na área.

Sena (2017) aborda em seus estudos os desafios e as implicações trazidas pela Lei 13.415/2017 para a Educação Profissional no Brasil, destacando a necessidade de uma base sólida para a implementação do PROEJA, dando ênfase à importância de valorizar as experiências de vida dos estudantes e adaptar as práticas de avaliação para tornar a aprendizagem mais significativa tanto para docentes quanto para discentes.

Silva (2019) realizou uma avaliação do processo do Pronatec, a partir de uma pesquisa documental, tomando por referência a estrutura organizacional, político-social, ideológica e da

trajetória do programa, bem como da valoração do cumprimento de seus objetivos e metas e das consequências sociais e políticas da implementação do programa. Em suas análises identificou-se que as implicações da implementação do referido programa apresentaram uma transformação no currículo do ensino médio, aumentando as discrepâncias entre as redes pública e privada, em lugar de contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Carneiro e Cypriano (2019) também pautados nos ditames da pesquisa documental, analisaram a efetividade das políticas de acompanhamento dos egressos nos documentos do IF Baiano, na intenção de identificar como a política de egresso da referida instituição contribui para a avaliação institucional. Os autores constataram que o acompanhamento de egressos é compreendido como elemento de avaliação da Educação Profissional ofertada, mas a efetivação da política ainda se configura como um desafio, haja visto a ausência real do mecanismo de realização desse acompanhamento. Assim, evidenciam a necessidade de se entender que essa assessoria aos egressos possibilita reformar a oferta de cursos e possíveis atualizações curriculares, com fim a uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Coutinho e Azevedo (2021) em seu estudo, propuseram-se a analisar a avaliação de políticas públicas a nível institucional, com foco no monitoramento e avaliação de projetos de extensão no IFRN, a fim de demonstrar como o monitoramento e a avaliação de políticas podem acontecer na prática das diferentes instituições de ensino. Com base nos princípios da pesquisa bibliográfica, foi identificado a necessidade de um constante monitoramento e avaliação de projetos de extensão, com fim ao adequado desenvolvimento das atividades dentro do tempo devido, principalmente por ser este processo utilizado como ferramenta de avaliação de políticas a nível institucional, o qual pode ser replicado em outras instituições.

Alves e Azevedo (2021) avaliaram em sua pesquisa as políticas educacionais direcionadas ao Ensino Médio e a Educação Profissional, na intenção de verificar a efetividade do direito à educação. A partir de uma pesquisa documental, concluíram que ainda há muito a se fazer para garantir a efetividade e do direito à educação, à luz da democracia e da equidade, principalmente devido este direito no ensino médio e profissional, no país, não ser uma realidade.

É possível observar, dentre os trabalhos analisados, um representativo número de estudos desenvolvidos no âmbito dos Institutos Federais, sendo 09 das 19 produções, as quais abarcam discussões que permeiam a assistência estudantil, a permanência discente, a formação para o mundo do trabalho e o ensino humano e integral. As políticas que embasam tais reflexões fomentam o processo de educação para o mundo do trabalho, considerando a aprendizagem enquanto ser ativo no processo de ensino e aprendizagem, consciente de seu papel social.

A Lei 13.415/2017, que trata sobre o chamado novo Ensino Médio, se apresentou como discussão nos estudos analisados, nos quais os autores Campos (2017), Marcelino, Santos e Azevedo (2017), Sampaio e Ferreira (2017), Moreira, Araújo e Araújo (2017), Sena (2017), Silva (2019), Carneiro e Cypriano (2019) e Alves e Azevedo (2021); debruçaram-se sobre os desafios e implicações resultantes desse dispositivo, e sua interface com a implementação do PROEJA e a oferta de cursos técnicos. Compreendemos que, para os autores, as novas perspectivas educacionais advindas da Lei, fazem emergir a necessidade de relevantes adaptações, dentre elas, uma prática que considere as experiências dos discentes com vistas a um processo de ensino e aprendizagem mais significativos.

Os estudos examinados reforçam a premissa da educação profissional, ratificando o processo educacional seja com foco nos programas de permanência ou no fortalecimento do Ensino Médio Integrado, na interface entre educação profissional técnica e a educação propedêutica, por meio das políticas que amparam essa modalidade de ensino.

A Educação e o Mundo do trabalho se apresentam como também como temática entre os escritos analisados, na perspectiva de que o ensino estimula a vida social e prepara para a atuação profissional intelectual e operacional, tendo o trabalho enquanto atividade vital humana, legalmente amparado pelas políticas que articulam as diretrizes educacionais com vistas a uma formação omnilateral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui analisados explicitam uma diversidade de temáticas que subsidiam a Educação Profissional sob o mote da avaliação de políticas, ratificando a perspectiva de uma educação integral e humana, que articula ensino e trabalho, visando a garantia do direito a uma formação humana

Os estudos apontam que as políticas no âmbito educacional se apresentam como um tipo de instrumento governamental que aprovisiona subsídios para ampliação e universalização do processo de ensino e aprendizagem, nas esferas federal, estadual ou municipal. No âmbito da Educação Profissional, tais instrumentos direcionam para a garantia do direito de uma profissionalização a qual deve e necessita ser repensada a partir do contexto de sociedade em que se encontra.

A partir da análise dos trabalhos, compreendemos que as parcerias entre governos, setores produtivos e instituições de ensino, podem desempenhar um potente e crucial papel no fortalecimento da Educação Profissional, favorecendo o desenvolvimento de currículos compatíveis

para o mundo do trabalho, a oferta de estágios e programas de aprendizagem prática, bem com o acesso a recursos financeiros e tecnológicos.

Desse modo, acreditamos que investir na Educação Profissional, fomentando políticas de incentivo a essa modalidade de ensino e campo epistêmico, é impulsionar para além do aspecto econômico, cenários de justiça social e desenvolvimento humano. Ao viabilizar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades de aprendizagens e desenvolvimento profissional, se torna possível vislumbrar a edificação de sociedades mais inclusivas, prósperas e equitativas para o amanhã.

Neste sentido, o processo de avaliação das políticas em Educação Profissional se configura como importante e necessário, no movimento de se (re) pensar a relação educação e trabalho, considerando as nuances que emergem de tal relação, a partir das reconfigurações sociais suscitadas ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Yossonale Viana; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Avaliação Política do Direito à Educação no Ensino Médio e na Educação Profissional: notas de uma pesquisa em andamento. *In: VI COLÓQUIO NACIONAL, III COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 6., 2021,

Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 17 out. 2024.

ANJOS, Hellen Vivian M. dos; BARROS, Giuliana de Sá F.; BRITO, Patrícia Emanuelle; CASTIONI, Remi. Ensino Médio Integrado: desafios da concepção à implementação. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 2., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1314>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>>. Acesso em 17 jun. 2024.

CARLOS, Frankileide; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Assistência Estudantil: Uma avaliação e reflexão da Política de iniciação profissional no Instituto Federal do Rio Grande Do Norte/IFRN – Campus Natal-Central. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1227>. Acesso em: 17 out. 2024.

CAMPOS, Lucineide Inez da Silva. A Qualidade da Escola Pública a partir da opinião dos jovens do Ensino Médio. *In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 4., 2017, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A13.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

CARNEIRO, Etiene Santiago; CYPRIANO, Carlos Alex de Cantuária. A Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal Baiano: perspectivas para uma avaliação institucional. *In: V COLÓQUIO NACIONAL, II COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 5., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2022/01/tl1-submissao47.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

CIAVATTA, M. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v.1, n. 23, p.1-16e14776, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.

COUTINHO, Bruna Lopes Tupinambá; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Monitoramento e Avaliação de Projetos de Extensão no IFRN como Ferramenta de Avaliação de Políticas Públicas. *In: VI COLÓQUIO NACIONAL, III COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO*

CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 6., 2021, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 17 out. 2024.

FERRETI, C.J. Educação profissional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

FREITAS, Pâmela Junqueira Freitas; MOREIRA, Nara; GOBBI, Gianna Andréia Ferreira. Avaliação e Reflexão das Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Triângulo Mineiro/IFTM – Campus Patrocínio. In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1328>. Acesso em: 17 out. 2024.

GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro; RIBEIRO, Elisa Antonia; SILVA, Kamilla Germano. O Ensino da Computação, o PIBID e a Formação Inicial: primeiras aproximações com o objeto de estudo. In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais** [...].

Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1334>. Acesso em: 17 out. 2024.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo. Contribuições da Didática Profissional para a Educação Profissional Brasileira. In: GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Orgs.). **Didática profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003. 5. ed. p. 310.

LIMA, Marcelo; ZANDONADE, Viviane. As contradições de um projeto de Centro Público de Educação Profissional. In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais** [...].

Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1320>. Acesso em: 17 out. 2024.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.; PRÀ, K. R. C. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In:

_____. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 1 p. 93-104. jan. /jun. 2007.

MARCELINO, Fabiana Teixeira; SANTOS, Shilton Roque dos; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Avaliação de Políticas no contexto da Educação Profissional: Uma Revisão. In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. **Anais** [...].

Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A19.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** [tradução Newton Ramos de Oliveira]. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MILITÃO, M. N. Educação profissional. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Ed.). **Dicionário da educação profissional.** Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, UFMG, p. 133, 2000.

MORAES, Marcia Amaral Corrêa de; RAMOS, Josiane Carolina Soares; OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu; NUNES, Jaqueline Gomes; PIO, Gabrielli da Silva. O SINAES nos Institutos Federais: adequação e pertinência no âmbito da avaliação institucional. In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1256>. Acesso em: 17 out. 2024.

MOREIRA, Francisco Jadson Franco; ARAÚJO, Vanessa Alencar de; ARAÚJO, Daniel Silva. Entre o Ser e o Fazer - Formação Técnica em vigilância em saúde no estado do Ceará: Um olhar na perspectiva da Gestão e do estudante profissional. In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. **Anais** [...].

Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A32.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOURA, Dante Henrique. **A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2008.2863. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 21 jul. 2024.

NETO, Bernardino Galdino de Sena; NÓBREGA, Suely Soares da. Gestão Participativa e Educação Profissional: o papel dos colegiados e conselhos de classe no IFRN. In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1231>. Acesso em: 17 out. 2024.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte; FERREIRA, José Gomes. Avaliação da Política de Educação Profissional: Um estudo objetivo dos impactos no desenvolvimento local. In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. **Anais** [...].

Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A18.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SANTOS, Shilton Roque dos; MARCELINO, Fabiana Teixeira; AZEVEDO, Márcio Adriano de. A Produção Científica sobre Avaliação de Políticas em Educação Profissional na Revista do Serviço

Público. *In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 4., 2017, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A12.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SENA, Francisco das Chagas de. PROEJA no IFRN Campus Santa Cruz: Desafios a serem superados. *In: IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 4., 2017, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A49.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Adriano Willian da; MORAZ, Caterine Pereira; NOVAES, Tatiani Daiana de. Políticas em Educação Profissional: Uma análise da percepção do Currículo Integrado no âmbito do Curso Técnico Integrado em Mecânica do Instituto Federal do Paraná- Campus Curitiba. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 2., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1364>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Danilma de Medeiros. A Configuração da Política da Educação Profissional no contexto da Implementação do PRONATEC. *In: V COLÓQUIO NACIONAL, II COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 5., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <https://coloquio.ead.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2022/01/tl1-submissao3.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Danilma de Medeiros. O PRONATEC e a proposta de atuação na EJA: algumas inquietações sobre os rumos do PROEJA. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1259>. Acesso em: 17 out. 2024.